



**REQUERIMENTO n°           , de 2021**  
(Da Sra. Fernanda Melchionna e outros)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Anderson Torres**, para prestar esclarecimentos sobre às interferências políticas, intimidações e exonerações de delegados/as da Polícia Federal durante o Governo Bolsonaro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta comissão, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, para prestar esclarecimentos sobre às interferências políticas, intimidações e exonerações de delegados/as da Polícia Federal durante o Governo Bolsonaro..

**JUSTIFICATIVA**

Matéria da Revista Istoé intitulada “*PF Dominada*”<sup>1</sup> relata que ao menos 18 delegados e delegadas da Polícia Federal (PF) foram alvos de punições pela direção do órgão que deveria combater a corrupção, mas tem uma gestão “*marcada por perseguições políticas e blindagem de familiares de Bolsonaro*”.

Segundo a reportagem, a PF, um dos principais órgãos estatais de investigação e de combate à corrupção passa, sob a batuta do mandatário, por um período tenebroso, marcado por perseguições políticas, boicotes e blindagem a familiares do presidente. Para atingir seus objetivos, Bolsonaro segue uma cartilha bem clara: impõe aliados em cargos importantes na PF dispostos a obedecer suas ordens e que passam



1 Disponível em: <https://istoe.com.br/pf-dominada/>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

depois a perseguir o controle total sobre os trabalhos da corporação.

Desde o início do Governo Bolsonaro 18 delegados sofreram punições por parte da direção do órgão por terem aberto procedimentos investigativos contra integrantes do governo ou de amigos do Presidente.

Nos últimos quatro meses, seis dos oito delegados que integram o Serviço de Inquéritos (Sinq), repartição que investiga autoridades com foro especial, foram substituídos. As trocas ocorreram por conta de uma crise criada por divergências a respeito do que está sendo investigado em relação ao orçamento secreto, manobra armada com a anuência do mandatário para distribuir dinheiro público a aliados no Congresso na tentativa de alimentar seus projetos eleitoreiros. Já Paulo Maiurino, diretor-geral da PF desde abril de 2021, é acusado de estar por trás desse esquema de perseguição a delegados, e tem sido alvo inclusive de suspeitas lançadas contra ele por colegas da instituição.

1. **Denisse Ribeiro**<sup>2</sup>: a delegada da PF foi retirada da investigação 14 dias depois de pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) uma busca e apreensão no Palácio do Planalto. O objetivo das buscas era procurar provas de que agentes públicos distribuíram verbas do governo para canais bolsonaristas que incitavam movimentos na internet e nas ruas pelo fechamento do Congresso Nacional e do Supremo e a volta da ditadura militar e do AI-5 (Ato Institucional número 5), o mais duro dos anos de repressão. Atualmente, a delegada conduz os inquéritos da fake news e da organização criminosa digital contra a democracia, abertos por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Ela foi responsável pelo pedido de prisão preventiva do presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, após detectar ameaças às instituições e ataques aos ministros do Supremo. Denisse foi designada pelo próprio ministro Alexandre de Moraes para atuar nesses casos, o que garante que ela não pode ser removida das investigações. Mais recentemente, Denisse Ribeiro precisou trocar dois agentes de sua equipe por razões ideológicas. Um vinha protelando a análise de informações, até que a delegada descobriu



<sup>2</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/16/delegada-atos-antidemocraticos-busca-e-apreensao-secom-presidencia.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

que era um simpatizante do presidente. Outro procurou a delegada para pedir afastamento do caso, dizendo-se bolsonarista<sup>3</sup>.

2. **Franco Perazzoni** teve promoção negada por se recusar a dar informações sobre o inquérito que investigava o ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles<sup>4</sup>. A promoção de Perazzoni estava acertada e o processo para nomeação foi enviado, mas paralisado após a operação Akvanduba, comandada por ele, fazer buscas em endereços de Salles em maio. Perazzoni é considerado um dos melhores delegados da área de ambiente da PF e é respeitado internamente. Caso fosse nomeado, ele seria o número 3 na PF do Distrito Federal e chefiaria toda a área de investigação da superintendência.
3. **Hugo Correia**<sup>5</sup> foi exonerado por investigar pessoas do círculo bolsonarista. Correia coordenava, entre outras ações, a investigação do inquérito das fake news e do filho do presidente Jair Bolsonaro, Jair Renan. A PF no Distrito Federal é ainda a responsável pela Operação Pés de Barros, que investiga supostas fraudes na aquisição de medicamentos de alto custo pelo Ministério da Saúde, entre maio de 2016 e abril de 2018, período em que a pasta teve como chefe o atual líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), no governo Michel Temer. Outra investigação conduzida pela superintendência no DF que causou desconforto no governo foi a que mirou o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles — acusado de favorecer madeireiras que vendiam produtos ilegais. A força-tarefa que fez buscas contra um dos auxiliares mais próximos de Bolsonaro foi deflagrada dias depois de Correia assumir o posto.
4. **Maurício Valeixo** foi demitido da direção-geral da PF em abril de 2020 por se recusar a exonerar Ricardo Saadi da PF do Rio. No último dia 3 de

3 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/direcao-da-pf-barra-promocao-de-delegado-de-caso-salles-para-cargo-de-chefia.shtml>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

5 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4954458-vaga-de-superintendente-da-pf-no-df-ira-para-reduto-eleitoral-dos-bolsonaro.html>. Acesso em 22 de novembro de 2021.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

novembro, em depoimento, como investigado, no inquérito que apura suposta interferência política na PF, Bolsonaro afirmou que sugeriu mudança na PF do Rio porque estado é “complicado”<sup>6</sup>.

5. **Max Eduardo Ribeiro**<sup>7</sup> teve promoção no Amapá negada por autorizar entrevista de Alexandre Saraiva sobre investigação contra Salles.
6. **Silvia Fonseca**<sup>8</sup>: A delegada da Polícia Federal foi exonerada no último dia 10 de novembro do cargo de diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). A demissão, assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, foi vista dentro da PF como uma represália ao andamento do processo de extradição do youtuber bolsonarista Allan dos Santos, do canal Terça Livre. Em seu pedido, a delegada Denisse Rosas Ribeiro afirmou que Santos integra organização criminosa voltada à prática dos crimes de ameaça, incitação à prática de crimes, calúnia, difamação, injúria e outros, com o objetivo de auferir vantagem econômica oriunda da monetização e de doações e tendo como consequência a desestabilização do Estado Democrático de Direito”. Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou que a troca de Amélia faz de “parte de ajustes naturais de equipe da nova gestão da Secretaria Nacional de Justiça”, ligada à pasta. A Secretaria Nacional de Justiça é chefiada por Vicente Santini. Homem de confiança dos Bolsonaro, Santini foi secretário adjunto de governo até janeiro de 2020, quando foi exonerado por usar um voo da FAB para viajar à Índia. Depois, passou pelo Meio Ambiente e pela Secretaria-Geral da Presidência da República na condição de assessor.
7. **Alexandre Saraiva**, ex-superintendente da PF no Amazonas foi removido do cargo após enviar ao STF uma notícia-crime contra Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente<sup>9</sup>. Segundo o delegado, Salles obstruiu a

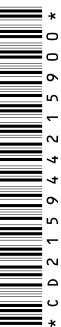
6 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-diz-que-sugeriu-mudanca-na-pf-do-rio-porque-estado-e-complicado>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

7 Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-bolsonaro-ja-puniu-ou-demitiu-18-delegados-da-pf-em-retaliacao>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

8 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delegada-da-pf-responsavel-por-extradicao-de-blogueiro-e-exonerada>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

9 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/alexandre-saraiva-vivemos-o-momento>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

Operação Handroanthus, em dezembro de 2020 no Pará, que a PF considera ser a maior apreensão de madeira da história do país.

8. **Thiago Leão** foi retirado do comando do Grupo de Investigações Ambientais (Giase) após chefiar operação que apurou suposta participação de Salles<sup>10</sup>. O Giase, criado há dois anos pelo ex-superintendente do órgão no Amazonas, Alexandre Saraiva, tem a missão de investigar os crimes ambientais praticados na região Sul do Amazonas.
9. **Rolando de Souza**, apesar dos serviços prestados, Souza acabou sendo exonerado quando mostrou alguma independência funcional. Ele resistiu às pressões de Bolsonaro para substituir parte de seus diretores e superintendentes e criou atritos com o então diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Eduardo Aggio. Numa tentativa de engrandecer o papel da PRF, Aggio vinha divulgando nas redes sociais algumas apreensões de drogas como se fossem trabalhos de inteligência de policiais rodoviários, quando, na verdade, eram da PF<sup>11</sup>. Irritado, Souza passou a criticar Aggio nos bastidores, que, em reação, pediu a Bolsonaro a demissão do diretor-geral. Hoje, Souza é adido da PF na Embaixada Brasileira em Washington.
10. **Bernardo Amaral** pediu a abertura de um inquérito para investigar O Ministro do STF Dias Toffoli, acusado de receber propina de 4 milhões de reais em troca de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. O STF rejeitou o pedido. Segundo a revista Istoé<sup>12</sup> Amaral foi após o pedido de abertura do inquérito contra Dias Toffoli.
11. **Antonio Teixeira** era o delegado da PF responsável pela segurança de Bolsonaro na reta final das eleições presidenciais de 2018. Ao se aproximar da sua residência na cidade do Rio de Janeiro, após votar em 2018, uma multidão cercou o seu carro. Teixeira deu ordens para que as travas das portas permanecessem acionadas, mas Bolsonaro mandou o motorista destravá-las – e

[mais-tenebroso-da-policia-federal](#). Acesso em 22 de novembro de 2021.

10 Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/pf-troca-delegado-que-investigava-apreensao-recorde-de-madeira-ilegal-na-amazonia.html>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

11 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

12 Disponível em: <https://istoe.com.br/pf-dominada>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

saiu ao encontro da multidão. Ao chegar na casa de Bolsonaro, Teixeira estava furioso e censurou o motorista por ter desobedecido sua ordem. Bolsonaro interferiu: – “Quem mandou ele abrir a porta fui eu, tá ok?”<sup>13</sup> Bolsonaro não perdoaria. Pediu que Teixeira fosse excluído de sua segurança, o que aconteceu. Não teve mais notícias do delegado até que, durante as manifestações golpistas do Sete de Setembro passado, Bolsonaro foi informado de que a segurança do prédio do STF fora feita pelo Comando de Operações Táticas (COT), que estava agora sob o comando de Teixeira. Bolsonaro pediu que Maiurino o afastasse. Foi prontamente atendido. Teixeira continua no COT, mas agora sem ocupar cargo de chefia.

**12. Daniel Grangeiro** passou a sofrer retaliações do governo após iniciar investigações contra aliados do presidente. Segundo a Revista Piauí<sup>14</sup>, o ministro Humberto Martins, do STJ, e o presidente da Câmara, Arthur Lira, ambos alagoanos, estavam incomodados com a presença do delegado Daniel Grangeiro em Maceió. Grangeiro andara investigando um desembargador próximo de Martins e ainda acusara Lira de fazer “rachadinha” quando era deputado estadual em Alagoas. Martins e Lira se uniram para derrubar dois coelhos numa cajadada só: conseguiram deslocar Grangeiro para o Recife, e, em seu lugar, entrou o delegado Sandro Luiz Valle Pereira, simpático à aliados.

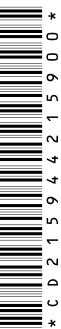
**13. Rubens da Silva** foi afastado da chefia de Repressão a Crimes Ambientais após investigar Salles e a extração ilegal de madeira. Na chefia da divisão, Lopes deu sustentação aos inquéritos contra Salles, que nem chegaram a passar pelo crivo de Maiurino. Foi ele quem fez o contato com os investigadores americanos que constataram problemas de documentação no desembarque da madeira contrabandeada em um porto dos Estados Unidos. Ele é um dos mais experientes delegados da área de repressão aos crimes ambientais e fez parte da primeira leva de chefes de delegacias especializadas nesse tipo de delito<sup>15</sup>.

13 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

14 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

15 Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/diretor-da-policia-federal-afasta->  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

14. **Graziela Costa e Silva** teve promoção negada após organizar abaixo-assinado em apoio a Felipe Leal. O tratamento dado ao delegado Leal fez com que 1 079 policiais, dos quais dois terços são delegados, assinassem uma nota pública de repúdio à perseguição e em defesa da independência da corporação. “Seremos eternamente avessos a qualquer tentativa de sufocar a nossa atuação policial, na certeza de que nossos trabalhos contribuem para o engrandecimento e evolução da sociedade brasileira”, diz a nota<sup>16</sup>.
15. **Felipe Leal** foi afastado da investigação sobre suposta interferência de Bolsonaro na PF após ter pedido informações sobre punições.
16. **Rodrigo Fernandes** foi exonerado da inteligência da PF em MG após ter investigado o atentado a faca em 2018.
17. **Carla Barros da Cunha** foi exonerada da chefia da Superintendência de PE por manter ligações com políticos do PSB.
18. **Ricardo Saadi** foi afastado da Superintendência da PF no Rio após tentar investigar o deputado federal Hélio Negão, amigo de Bolsonaro.
19. **José Fernando Moraes Chuy** chefiava a Coordenação de Enfrentamento ao Terrorismo do Departamento de Inteligência Policial da corporação foi exonerado do cargo um mês após tecer críticas a um projeto de lei sobre antiterrorismo de autoria do líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO). O episódio, que ocorreu no fim de setembro, aponta para mais uma interferência na Polícia Federal comandada pelo diretor-geral Paulo Maiurino.

Casos como os descritos acima escancaram as tentativas do Governo Bolsonaro de aparelhar a PF. Vale lembrar que o Delegado-Geral da PF, Paulo Maiurino, pouco tempo depois de assumir o cargo, propôs a retirada da autonomia de delegados para investigar autoridades, em investigações mais sensíveis. A ideia é que estes procedimentos sejam controlados pela cúpula da PF.

[mais-um-delegado-da-divisao-que-investigou-ricardo-salles.html](#). Acesso em 22 de novembro de 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215944215900>





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

Não é a primeira vez que o Governo Bolsonaro tenta interferir nas instituições para promover interesses privados. É importante lembrar que segundo o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o Presidente da República tentou “colher” informações dentro da Polícia Federal, como relatórios de inteligência. Sérgio Moro afirmou ter dito ao Presidente Jair Bolsonaro que tais movimentações em instituições seriam consideradas interferências políticas nas corporações. Ele afirmou que o Presidente admitiu isso: “Falei para o presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo”, revelou.

Admitir-se a manutenção dessa lógica significa permitir que o Presidente da República tenha sob seu comando uma verdadeira polícia política, cujas ações podem ser direcionadas para perseguir seus adversários e desafetos, típico de regimes autoritários, além de proteger seus aliados.

Por todo o exposto, é urgente que o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, preste os esclarecimentos necessários perante esta Comissão, requerendo aos nobres pares a aprovação desta convocação.

Sala das sessões, 29 de novembro de 2021.

**Fernanda Melchionna**  
PSOL/RS

**Sâmia Bomfim**  
PSOL/SP

**Ivan Valente**  
PSOL/SP

**Talíria Petrone**  
Líder do PSOL





## **Requerimento** **(Da Sra. Fernanda Melchionna )**

Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, para prestar esclarecimentos sobre às interferências políticas, intimidações e exonerações de delegados/as da Polícia Federal durante o Governo Bolsonaro.

Assinaram eletronicamente o documento CD215944215900, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 3 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

